

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	5
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	15
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	35
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	37
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	38
10.5 - Políticas contábeis críticas	39
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	42
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	43
10.8 - Plano de Negócios	44
10.9 - Outros fatores com influência relevante	46

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### (a) Política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui política formalizada, porém adota práticas de gerenciamento dos riscos aos quais está exposta em virtude de suas atividades, incluindo controles em níveis gerenciais e rotinas administrativas.

### (b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Embora não possua política formalizada de gerenciamento de riscos, a Companhia adota mecanismos internos que visam à prevenção e mitigação dos riscos identificados no curso do desenvolvimento de suas atividades.

### (i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção contra os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados por sua administração, sua reputação e os seus resultados financeiros. Os principais riscos monitorados são:

**Riscos Estratégicos:** aqueles relacionados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. Estão associados também a (i) mudanças no setor farmacêutico; (ii) surgimento de tecnologias ainda não mapeadas pela Companhia; (iii) imposição de restrições regulatórias, em especial, mas não se limitando, às relativas ao tratamento de diabetes e oncológicos; (iv) mudanças na estrutura de capital da Companhia e atuação em diferentes mercados; ou (v) mudanças de políticas na administração municipal onde as plantas se encontram instaladas e/ou políticas tributárias nas esferas estaduais e federais.

**Riscos Operacionais:** aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estão associados também (i) à execução do plano de negócios da Companhia, que pode ser afetado por eventuais sanções ocasionadas pelos fornecedores ou pelos clientes; (ii) ao fato de que os produtos que compõem os negócios da Companhia estão sujeitos a aprovações por agências reguladoras, o que pode alterar ou causar atrasos em seu planejamento; (iii) riscos regulatórios relativos a garantia da qualidade dos medicamentos importados (iv) a mudanças de políticas das concessionárias de fornecimento de serviços e/ou insumos que podem impactar na sua disponibilidade para o empreendimento; ou (v) ao aumento dos custos das operações da Companhia, em virtude não só de condições de mercado, variações de câmbio e mudanças tributárias, como também de alterações legais e regulatórias nas localidades nas quais a Companhia opera.

**Riscos Financeiros:** aqueles relacionados ao mercado, como de taxas de juros, crédito e câmbio. Relacionam-se ainda com o nível de endividamento da Companhia, que é elevado e pode gerar restrições de liquidez.

**Riscos Legais/de Conformidade:** aqueles relacionados à possível imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou reputacional que a Companhia pode vir a sofrer pelo descumprimento de leis, regulamentos, do Código Corporativo de Conduta e Ética ou de normativos internos. Incluem os riscos de processos trabalhistas e questões tributárias, de corrupção, entre outros.

### (ii) Instrumentos utilizados para proteção

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Para proteção contra a materialização dos riscos aos quais está sujeita, a Companhia tem como prática o mapeamento e análise constantes dos riscos identificados, mediante monitoramento constante do mercado onde atua.

A Companhia procura ter uma visão clara dos principais riscos a que está exposta, atuando sobre eles de forma sistemática por meio da adoção de medidas de proteção, dentre as quais se encontram, por exemplo:

- Desenvolvimento de soluções tecnológicas para a otimização dos processos da Companhia com foco na redução de custos;
- Implementação de ações para aprimorar a eficiência nos processos de licenciamento de projetos, de forma a evitar atrasos e paralisações. Tais ações incluem (i) o emprego de equipes de especialistas altamente qualificados e multidisciplinar; (ii) a contratação de profissionais com experiência do mercado, incluindo gestores com experiência na indústria farmacêutica; e (iii) o monitoramento constante das atualizações regulatórias e legislativas pelo time técnico da Companhia;
- Monitoramento contínuo dos sistemas de gestão de saúde e segurança da Companhia, bem como realização de campanhas de prevenção para melhoria dos padrões de saúde e segurança dos colaboradores da Companhia;
- Construção de parcerias de longo prazo por meio de escolha de parceiros capacitados para todo o Grupo BIOMM S.A.. Os critérios adotados para a definição dos parceiros podem envolver análises de viabilidade, procedimentos de *due diligence*, acordo de confidencialidade, capacidade de transporte dentro das exigências de qualidade e temperatura, dentre outros;
- Ênfase no controle de gastos, gestão de passivos, gestão de resultados, gestão de capital de giro e de ativos;
- Adoção de controles e mecanismos para detectar falhas de controle e obter informações sobre os casos de desvios de conduta;
- Monitoramento sistemático de mudanças nas políticas governamentais e de regulamentação do setor, para reagir rapidamente e se adequar tempestivamente a estas mudanças;
- Contratação de seguros; e
- Adoção de postura de investimentos conservadora.

### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme abordado nos tópicos acima, a Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta. No nível gerencial mais alto da administração da Companhia, esse acompanhamento cabe à Diretoria, que se reporta periodicamente ao Conselho de Administração. O Conselho de Administração auxilia na mitigação dos riscos a que a Companhia está exposta por meio da orientação e planejamento estratégico dos seus negócios, em linha com as atribuições que lhe são conferidas por lei e Estatuto Social. Ademais, as práticas implementadas têm sido coordenadas pelo Diretor Presidente (CEO), juntamente com a Diretoria Financeira, o Departamento Jurídico interno da Companhia e assessores externos especializados.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia conta ainda com Comitês Consultivos de apoio ao Conselho de Administração e à Diretoria, que têm por objetivo auxiliar no monitoramento, identificação e mitigação dos potenciais riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de recomendações não vinculativas.

Os Comitês são:

Comitê de Auditoria: órgão não estatutário cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2016. Destacam-se entre as suas atribuições: (i) monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração; (ii) acompanhar as práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras; e (iii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las.

Comitê de RH e Remuneração: órgão não estatutário cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2016. Destacam-se entre as suas atribuições: (i) selecionar candidatos aos cargos de Diretoria da Companhia e indicá-los para eleição pelo Conselho de Administração; e (ii) avaliar e propor ao Conselho de Administração políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas, bem como diretrizes para atração e retenção de talentos; entre outras atribuições.

Comitê de Estratégia: órgão não estatutário composto cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2014. Destacam-se entre as suas atribuições: (i) propor a estratégia de atuação da Diretoria e auxiliá-la e aconselhá-la em suas atividades cotidianas e operacionais; (ii) monitorar a evolução da gestão da Companhia; (iii) acompanhar a execução, pela Diretoria, do plano anual, bem como discutir com a Diretoria e apresentar ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral novas matérias não constantes em tal plano para apreciação por tais órgãos; e (iv) sempre que julgar necessário, auxiliar na atuação da Diretoria, visando à sua otimização; entre outras atribuições.

Comitê de Ética: órgão colegiado de assessoramento e orientação à Alta Administração cuja criação, instalação e nomeação de membros foi aprovada por Deliberação da Presidência em 15 de abril de 2021. Destacam-se entre as suas atribuições: a) avaliar e monitorar as exposições de risco de *compliance* da BIOMM, acompanhando e supervisionando o processo de gerenciamento de riscos; b) avaliar as ocorrências e denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias ou qualquer outro meio e aplicar sanções e as penalidades descritas no Código de Ética e Conduta e na legislação trabalhista e comunicar formalmente à Alta Direção, inclusive contra membros da Diretoria, devendo, nestes casos, reportar diretamente ao Conselho de Administração; c) acompanhar seus funcionários, fornecedores e parceiros de negócios quanto ao cumprimento das normas de integridade corporativa, exigindo e zelando pela sua fiel execução; d) monitorar aspectos de ética e conduta, incluindo a efetividade do Código de Ética e de Conduta e do Canal de Denúncias; e) emitir recomendações sobre situações de potencial conflito de interesse sempre que julgar necessário ou mediante solicitação da Alta Direção; f) submeter à Alta Direção suas recomendações sobre questões de sua competência e reportar suas atividades periodicamente; g) revisar periodicamente e recomendar eventuais alterações ao Código de Ética e de Conduta da BIOMM e, h) aprovar as Políticas de Integridade da BIOMM.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### Comitê de crédito e cobrança:

O Comitê de Crédito foi constituído em outubro de 2020, com objetivo de estabelecer diretrizes e deliberar Políticas de Crédito, Cobranças, recuperação de crédito e as alçadas, bem como analisar, emitir parecer e deliberar as operações de crédito dentro dos limites de sua alçada decisória, podendo este ser presencial ou por meio eletrônico trimestralmente. Composto pela Gerencia de Tesouraria, Diretoria Financeira e RI, Diretoria Comercial e Diretor-Presidente

---

### **(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos**

Conforme descrito nos itens acima, a alta administração e diversos órgãos da Companhia monitoram e avaliam, por meios considerados adequados, se a atuação da Companhia está de acordo com os níveis de risco entendidos como aceitáveis e se suas atividades representam exposição a riscos que comprometa o atendimento dos objetivos da Companhia.

Em vista de seu porte, riscos correspondentes e volume de suas interações com entes públicos e agentes do governo, a Companhia entende que a sua estrutura atual para verificação da efetividade de suas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

### (a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui política formalizada de gerenciamento de riscos, porém adota práticas de gerenciamento dos riscos de mercado as quais está exposta, isto é, em riscos de taxas de juros, crédito, liquidez e câmbio.

Os controles internos exercidos pela Diretoria (supervisionada pelo Conselho de Administração), pelos Comitês Consultivos e pelas diversas áreas que compõem a estrutura da Companhia, contribuem para que os riscos a que a Companhia está exposta sejam mitigados e controlados.

### (b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

#### (i) Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Risco de Crédito: Medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista junto a Companhia, nos termos originalmente pactuados, gerando perdas financeiras.

Risco de Liquidez: A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender às suas despesas e investimentos, bem como o pagamento das dívidas.

Risco de Taxa de Juros: A Companhia busca administrar os ativos e passivos para reduzir o impacto negativo em potencial sobre a despesa financeira líquida que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros. O passivo da Companhia é composto por dívidas atreladas a TLP (Taxas de Longo Prazo), TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), IPC-FIPE (Índice de Preços ao Consumidor) e IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado). As aplicações locais são aplicadas parte em juros pós fixados atrelados ao CDI e parte em operações de renda fixa, incluindo CDB, com liquidez diária, em bancos de primeira linha.

Risco de Taxa de Câmbio: A Companhia administra sua exposição cambial considerando diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado, adotando medidas para minimizar eventuais descasamentos entre ativos e passivos.

#### (ii) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Os compromissos futuros assumidos pela Companhia em moeda estrangeira implicam riscos de mercado associados às oscilações cambiais do Real em relação principalmente ao Dólar norte-americano e ao Euro.

Diante de suas parceiras internacionais para a comercialização de produtos, a Companhia ainda estará suscetível a riscos cambiais. Por isso, procura proteger-se, pois tal risco pode afetar a capacidade financeira da Companhia em completar seu projeto de investimentos bem como as operações de revenda de medicamentos. No caso de desvalorização do Real em relação às moedas estrangeiras nas quais os compromissos estão atrelados, a Companhia incorrerá em acréscimo monetário com relação a tais compromissos.

Dessa forma, a estratégia de proteção patrimonial utilizada pela Companhia consiste em manter operações de proteção cambial relacionado aos compromissos atrelados a moedas estrangeiras, por meio da expatriação dos recursos para conta corrente no exterior, em moeda estrangeira, para cumprir com parte dos compromissos, em conformidade com as regulamentações aplicáveis.

#### (iii) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial consistem na expatriação dos recursos para conta corrente no exterior em moeda estrangeira, em conformidade com as regulamentações aplicáveis. A Companhia possui ativos em Dólar e Euro, aplicados no exterior, com a finalidade de prover proteção contra o risco cambial relacionado a parte das obrigações da Companhia em moeda estrangeira.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para fins especulativos.

#### (iv) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Os parâmetros utilizados para o gerenciamento dos riscos de mercado a que a Companhia está exposta são:

- **Riscos cambiais:** O parâmetro utilizado para a administração desses riscos são os vencimentos das obrigações da Companhia que exigem desembolso e a previsão de desembolso de moeda estrangeira, descasamento das taxas, moedas e prazos.
- **Riscos de liquidez:** Avaliação constante dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas e investimentos, bem como o pagamento das dívidas.
- **Riscos de crédito:** Monitoramento constante da exposição da Companhia aos riscos de crédito, sendo que a exposição máxima consiste no valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e saldos com partes relacionadas.
- **Risco de Taxa de Juros:** A Companhia efetua análise de sensibilidade avaliando os impactos de variações as taxas pós fixadas com base em cenário econômico projetado para 12 meses.

**(v) Instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

**(vi) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

A Diretoria Financeira é responsável por examinar e revisar periodicamente as informações relacionadas ao gerenciamento de risco. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria supervisiona e gerencia os riscos de forma geral.

**(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Administração da Companhia entende que sua atual estrutura operacional permite identificar os riscos existentes além de monitorar a efetividade dos controles internos da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### (a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos que objetivam monitorar seus processos operacionais e financeiros. A Companhia adota como prática a dupla checagem dos números, o que é feito tanto pelo departamento de contabilidade quanto pela controladoria. Os Diretores acreditam que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são eficazes.

Os controles internos relacionados à divulgação de informações financeiras da Companhia consistem em procedimentos elaborados para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). Os controles internos também fornecem garantias de que o fluxo financeiro seja gerido de acordo com as autorizações da administração da Companhia.

Os controles internos para divulgação de informações financeiras incluem políticas e procedimentos que:

- Dizem respeito à manutenção de registros que refletem de maneira acurada e justa as transações e a disposição dos ativos da Companhia;
- Proveem segurança de que as informações financeiras da Companhia são registradas conforme o necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as melhores práticas contábeis vigentes, e que os gastos e despesas estão sendo realizados em conformidade com as autorizações da administração; e
- Proveem segurança com relação à prevenção ou detecção a tempo de aquisição não autorizada e uso ou disposição de ativos que poderiam gerar efeito material nas demonstrações financeiras.

Nesse sentido, a Companhia adota as seguintes principais atividades de controles internos, realizadas por áreas de atuação específica na Companhia:

- Financeiro: conciliações bancárias diárias; elaboração de planilhas auxiliares de controles financeiros; aprovação de pagamentos mediante aprovação da Diretora Financeira; monitoramento da carteira de clientes; matriz de aprovação de limites de crédito;
- Controladoria: acompanhamentos mensais de resultado Real X Orçado submetido à Diretoria e ao Comitê de Estratégia e atualização também mensal da projeção atualizada do Orçamento (*Forecast*);
- Contabilidade: fechamento contábil mensal com prática de validação da escrituração contábil mediante documentos hábeis que condizem com os saldos de cada conta contábil, controles auxiliares sobre as contas contábeis mais relevantes, atividades de escrituração fiscal e contábil realizadas por colaboradores independentes, informações devidamente revisadas por superiores imediatos;
- Controle Patrimonial: controle de identificação patrimonial; gerenciamento do patrimônio em sistema; realização de inventários patrimoniais anuais; controle do imobilizado em andamento devido sua atual relevância;
- Compras: matriz de aprovação de compras em alçadas pré-determinadas, de acordo com o Estatuto Social e o acordo de acionistas da Companhia, a qual requer obrigatoriamente a aprovação sistêmica da



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

controladoria e do gestor da respectiva área e, conforme o valor envolvido, a aprovação da Diretora Financeira, Diretor Presidente e/ou Conselho de Administração; processo de avaliação e qualificação de fornecedores críticos; monitoramento dos processos por meio do indicador KPI (Key Performance Indicator);

- Vendas: matriz de aprovação do pedido de vendas.
- Compliance: estabelecimento de políticas e mecanismos de controle relacionadas a transparência e integridade em todos os níveis da organização, bem como a realização de treinamentos iniciais e periódicos a todos os empregados da Companhia (incluindo a alta administração) acerca dos princípios básicos de integridade e demais diretrizes ligadas a matéria anticorrupção ou fraude. A área de *Compliance* é atualmente estruturada junto ao Departamento Jurídico da Companhia.

Adicionalmente, no que tange aos controles relacionados à gestão de riscos de conformidade (*Compliance*), a Companhia possui Código Corporativo de Conduta e Ética ("Código de Conduta e Ética"), que é divulgado a todos a seus colaboradores, e mantém mecanismos internos de controle com foco em redução de riscos, segregando funções, incluindo o controle de estratégias de aprovação e travas sistêmicas. Vale ressaltar também o Comitê de Ética e *Compliance*, órgão colegiado de assessoramento e orientação à Alta Administração. Mais informações vide item 5.1 do documento.

A Companhia revisita periodicamente seus processos internos a fim de melhorar a eficiência de seus controles, contribuindo para o maior segurança nas aprovações de compras e despesas, bem como do registro contábil dentro do período de competência. Todos os riscos são monitorados de forma contínua por nossa administração, e a Diretoria monitora e avalia constantemente a adequação das nossas práticas às nossas operações. Eventuais adaptações ou ajustes aos procedimentos de controles internos são realizados por nossos administradores à medida em que são julgados necessários. Embora não tenhamos uma política específica e formal de gerenciamento de riscos, acreditamos que nossa estrutura operacional e nossos controles internos são adequados para a verificação da efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos.

Atualmente a Companhia é auditada pela *Price Waterhouse Coopers (PWC)* Auditores Independentes, que elabora, anualmente, carta de recomendações sobre os controles internos da Companhia que é encaminhada a Administração e ao Comitê de Auditoria.

O gerenciamento de risco e controles internos é igualmente assegurado por meio de outras políticas esparsas existentes, as quais foram avaliadas pelos auditores externos e são exercidas pela Diretoria e supervisionadas pelo Conselho de Administração, pelos Comitês Consultivos e pelas diversas áreas que compõem a estrutura da Companhia. Tais políticas auxiliam no controle e mitigação dos riscos a que a Companhia está exposta, e incluem, entre outras:

- POP-AEF-CT-002 - IDENTIFICAÇÃO FÍSICA DE ATIVO IMOBILIZADO
- POP-AEF-CT-003 - GESTÃO CONTÁBIL
- POP-AEF-CT-005 - AQUISIÇÃO, CONTROLE E BAIXA DE ATIVO IMOBILIZADO E ATIVO INTANGÍVEL
- POP-AEF-CT-007 - PROCEDIMENTO DA ROTINA FISCAL
- POP-AEF-CT-007-F01 SOLICITAÇÃO PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL
- POP-FIN-CT-001 - INVENTÁRIO DE ESTOQUE
- POP-FIN-CT-002 - ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL CONTINGÊNCIAS
- POP-FIN-CT-003 - SOLICITAÇÃO, CADASTRO E MANUTENÇÃO DE ITENS NO SISTEMA SAP
- POP-AEF-FI-001 - CONTAS A PAGAR

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- POP-AEF-TS-002 - PROCEDIMENTO DE FATURAMENTO
- POP-AEF-TS-003 - CADASTRO DE CLIENTE
- POP-FIN-FI-001 - PROCEDIMENTO DE VIAGEM
- POP-COM-MK-001 - APROVAÇÃO DE MATERIAIS PROMOCIONAIS
- POP-COM-VD-001 - RECLAMAÇÕES DE CLIENTES
- POP-COM-VD-002 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CLIENTE (SAC)
- POP-OPE-AD-002-F02 - CONTROLE DE ENTRADA E SAÍDA DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS
- POP-OPE-AD-002 - NORMAS DE CONTROLE DE ACESSO E PROCESSO DE VISITAS
- POP-CEO-GP-001 - CONTRATAÇÃO E DESLIGAMENTO
- POP-CEO-GP-002 - AVALIAÇÃO DE PERÍODO DE EXPERIÊNCIA
- POP-CEO-GP-003 - MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL
- POP-CEO-GP-004 - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
- POP-CEO-GP-005 - PONTO ELETRÔNICO
- POP-CEO-SP-001 - PROCEDIMENTO DE COMPRAS
- POP-CEO-SP-002 - QUALIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES
- POP-GPI-SP-003 - PROCEDIMENTO DE IMPORTAÇÃO
- POP-AEF-JR-001 - CÓDIGO CORPORATIVO DE CONDUTA E ÉTICA
- POP-AEF-JR-002 - REPRESENTAÇÃO PERANTE TERCEIROS
- POP-CEO-TI-001 - ROTINA DE BACKUP
- POP-CEO-TI-002 - GERENCIAMENTO DE USUARIOS
- POP-GPI-TI-002 - SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE TI SERVICE DESK
- POP-GPI-TI-003 - CÓDIGO DE CONDUTA DE TI
- POP-GPI-TI-005 - PARAMETRIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO ADD-ON LOGÍSTICA

### **(b) Estruturas organizacionais envolvidas**

Além das estruturas descritas no item 5.3.a. acima, nos termos do Estatuto Social da Companhia, o Diretor Presidente e a Diretora Financeira são responsáveis, em conjunto, por elaborar as demonstrações financeiras da Companhia. Nesse sentido, estabelecem e mantêm, juntamente com o Conselho de Administração, controles internos que entendem adequados para a divulgação de informações financeiras.

O Diretor Presidente e a Diretoria financeira contam com o suporte do Comitê de Auditoria, órgão não estatutário composto por até 5 membros eleitos pelo Conselho de Administração, administradores da Companhia ou não, cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizadas em 24 de fevereiro de 2016. Mais informações vide item 5.1 do documento.

### **(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o Diretor Presidente e a Diretora Financeira são responsáveis, em conjunto, por elaborar as demonstrações financeiras da Companhia e, nesse sentido, monitoram os controles

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

internos existentes para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, auxiliados pelo Comitê de Auditoria e pelas áreas Financeira, Controladoria, Contabilidade, Controle Patrimonial e Suprimentos.

Como parte do processo de supervisão dos controles internos, a Diretoria elabora para cada área existente no âmbito da Companhia um mapeamento dos procedimentos de suas principais atividades, a fim de estabelecer um padrão nas rotinas diárias de cada uma das áreas, assim como promover o registro das atividades mais complexas desenvolvidas por cada uma delas por meio da elaboração de fluxogramas.

Além disso, por possuir um trabalho de auditoria externa contratada, a Companhia é submetida a análise dos procedimentos de controle interno por seus auditores, que emitem um relatório anual com relação aos riscos identificados nos controles internos.

A revisão dos procedimentos internos é realizada a cada dois anos, adequando os controles existentes às novas demandas da Companhia.

### **(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Os auditores independentes não reportaram quaisquer deficiências significativas aos controles internos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Foram citados somente pontos de recomendação classificados como não significativos.

### **(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Os pontos mencionados pelos auditores, mesmo em se tratando somente de pontos considerados não significativos, já são objetos de plano de ação em andamento.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

**(a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia possui, como principal mecanismo de integridade, a área de Compliance, constituída pelo Compliance Officer e Comitê de Ética, os quais exercem sua função vis-a-vis o Código de Conduta e Ética em versão vigente datada de março de 2019 e que passa atualmente por nova revisão. O Código de Conduta e Ética contempla princípios, valores e diretrizes que devem guiar o comportamento de todos os stakeholders em suas relações internas e externas, para consolidar previsões específicas relativas, entre outros temas, a (i) prevenção à corrupção e a lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo; (ii) conflito de interesses; (iii) trabalho infantil ou escravo; (iv) relações com profissionais de saúde, associações de pacientes; (v) relações com fornecedores e terceiros; (vi) boas práticas promocionais; (vi) concorrência desleal, normas antitruste e livre concorrência; (vii) relação com funcionários do governo; (viii) uso e administração de ativos e recursos; (ix) iniciativas filantrópicas; (x) prevenção contra o uso de informações privilegiadas, entre outros.

Especificamente quanto à prevenção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública, o Código de Conduta e Ética contém previsão expressa sobre a interação com funcionários do governo (item 5.3), com determinação de (i) regras específicas para reuniões com funcionários do governo, (ii) proibição de aceite e/ou oferecimento de presentes; propinas, comissões, favores especiais empréstimos, dinheiro, doações ou benefícios familiares aos mesmos; (iii) proibição para financiamento de viagens para funcionários do governo que sejam de caráter pessoal ou familiar; (iv) proibição de influência no processo de licitação ou ofertas públicas, bem como qualquer outro ato que tenha por objetivo induzir um funcionário do governo a abusar de sua posição ou a obter vantagem indevida que produza danos reputacionais, operacionais ou econômicos à Companhia.

O Código de Conduta e Ética prevê ainda práticas específicas de prevenção à corrupção e suborno, definidas e orientadas fortemente à proteção da imagem, reputação e integridade financeira da Companhia e ao combate à realização de negócios por meios impróprios. A Companhia possui também Procedimento de Representação Perante Terceiros, norma interna cujo objetivo é estabelecer critérios, limites e procedimentos para o custeio de verbas de representação, troca de cortesias, brindes e presentes.

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação brasileira e regulamentação aplicável, sendo que todas as decisões inerentes aos seus negócios são submetidas a prévia análise e deliberação pela Administração, conforme as competências estabelecidas no Estatuto Social.

Além do Código de Conduta e Ética supracitado, a Companhia adota outros controles internos e políticas que foram avaliadas pelos auditores externos e são executadas pela Diretoria e supervisionadas pelo Conselho de Administração, pelos Comitês Consultivos e pelas diversas áreas que compõem a estrutura da Companhia, possibilitando que os riscos a que está exposta sejam controlados e mitigados. Todos os procedimentos existentes, inclusive o Código de Conduta e Ética, estão sujeitos à revisão na periodicidade bianual.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia considera os procedimentos de integridade adotados adequados ao seu perfil e aos principais riscos aos quais está submetida.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

A área de Compliance é conduzida pelo Compliance Officer e Comitê de Ética, os quais monitoram o funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade da Companhia. Há um Canal de Denúncias externo, com procedimentos bem definidos para recebimento, direcionamento e apuração de potenciais violações.

Existem diversos canais de comunicação para consulta ou reporte das situações de infração relacionadas no Código de Conduta e Ética, sendo via e-mail ([biomm@compliance-office.com](mailto:biomm@compliance-office.com)), por telefone gratuito (0800.878.2472), por acesso direto à plataforma da operadora do canal ([Compliance-office.com/biomm](https://compliance-office.com/biomm)) e, ainda, em via física para o seguinte endereço: VIA ÉTICA – Biomm | Número do Relato | Rua Itapeva, 574, Cj. 51a, Bela Vista, CEP 01330- 000, São Paulo – SP.

É responsabilidade da Função de *Compliance Officer* assegurar o cumprimento pela organização das regras estabelecidas na legislação anticorrupção vigente, além de prover suporte técnico à Diretoria, bem como às diversas áreas da organização na gestão de riscos de *Compliance* de modo a cumprir os objetivos principais do Programa. Dentre suas atribuições, estão: a) Criar e implementar o efetivo Programa de Integridade e supervisionar todos os assuntos relativos ao Programa de Compliance; b) Reportar ao Comitê de Ética regularmente quanto aos assuntos a ele subordinado; c) liderar e participar de suas reuniões, desenvolver relatórios e documentar informações, levando ao conhecimento da alta direção, quando houver, acerca de eventuais situações de risco de Compliance da organização; d) Coordenar recursos para assegurar a efetiva manutenção do Programa de Compliance; e) Implementar e operar eficazmente o canal de denúncias, inclusive de denúncias anônimas, acessível a todos os colaboradores, voluntários, clientes e terceiros, bem como garantir a política de não retaliação e confidencialidade aos usuários; f) Estabelecer e revisar políticas e procedimentos de Compliance; g) Desenvolver programas de treinamento para todos os empregados, fornecedores e parceiros de negócios e trabalhar com os colaboradores e gestores para garantir que eles estejam cientes das leis e regulações concernentes às responsabilidades e ao agir ético; h) Assegurar que os controles internos sejam capazes de prevenir e detectar atos ou padrões antiéticos, ilegais ou impróprios por qualquer colaborador, agente intermediário, diretor ou terceiro, entre outras previstas no Manual de Compliance.

**(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

Conforme disposto no item 5.4.a.i acima, a Companhia possui um Código de Conduta e Ética, revisado bianualmente, que traz dentre seus princípios norteadores o exercício das atividades com ética, transparência, impessoalidade e veracidade. O Código de Conduta e Ética é aplicável a todas as pessoas com vinculação direta, permanente ou temporária à Companhia, incluindo a alta administração, independentemente de hierarquia, cargo ou função, bem como a todos os que desenvolvem atividades para a Companhia ou em seu nome.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia realiza treinamentos iniciais e periódicos a todos os seus empregados e administradores acerca dos preceitos estabelecidos pelo Código de Conduta e Ética e demais políticas e procedimentos internos de integridade. Tais treinamentos tem o objetivo de aculturar e sedimentar os princípios e processos de Compliance.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

O não cumprimento do Código de Conduta e Ética ou das normas de integridade aplicáveis levará à aplicação de medidas disciplinares previstas no próprio Código de Conduta e Ética e detalhadas em procedimento administrativo. Para empregados da Companhia, as sanções aplicáveis incluem (i) advertência verbal; (ii) advertência por escrito; (iii) suspensão por tempo indeterminado; e (iv) desligamento da Companhia, com ou sem justa causa. Para terceiros com os quais a Companhia mantém relacionamento, as sanções incluem a notificação sobre o descumprimento de obrigação contratual ou o término do contrato vigente com a Companhia.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta e Ética da Companhia encontra-se vigente e plenamente válido, tendo sido aprovado pelo Diretor Presidente da Companhia em 20 de dezembro de 2018.

O Código de Conduta e Ética da Companhia é divulgado internamente encontrando-se também disponível para consulta na rede mundial de computadores, no site da Companhia na internet.

### **(b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

A Companhia possui um Canal de Denúncias externo, operado pela empresa Via Ética, com procedimentos bem definidos para recebimento, direcionamento e apuração de potenciais violações. O Canal de Denúncias pode ser acessado via e-mail ([biomm@compliance-office.com](mailto:biomm@compliance-office.com)), por telefone gratuito (0800.878.2472), por acesso direto à plataforma da operadora do Canal ([Compliance-office.com/biomm](http://Compliance-office.com/biomm)) e, ainda, em via física, pelo seguinte endereço: VIA ÉTICA – Biomm | Número do Relato | Rua Itapeva, 574, Cj. 51a, Bela Vista, CEP 01330- 000, São Paulo – SP.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

O canal de denúncias é disponibilizado tanto para empregados da Companhia como para terceiros, através de dados e links de acesso disponibilizado no site da Companhia na internet.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e**

A Companhia garante o anonimato dos denunciantes, que não precisam se identificar para utilizar o Canal de Denúncias. Todas as denúncias recebidas são investigadas de forma confidencial e responsável, garantindo assim que não haja consequências negativas à integridade ou reputação de um indivíduo, organização ou grupo social. A Companhia garante em seu Código de Conduta e Ética que não haverá retaliação a qualquer pessoa que, de boa-fé, realize uma denúncia por descumprimento ou suspeita de descumprimento de suas disposições.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade**

Violações ao Código de Conduta e Ética serão analisadas pelo Comitê de Ética e pela Diretoria, as medidas apropriadas serão indicadas para cada caso, de acordo com a legislação vigente, e a gravidade da violação.

**(c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Não aplicável, visto que a Companhia não participou de processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias nos últimos cinco anos.

**(d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, consideradas as informações fornecidas neste item 5.4.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

Não houve, no último exercício social, alteração significativa nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta.



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e co**

Não há outras informações relevantes neste item.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### A) CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

A Companhia iniciou suas vendas em novembro de 2019 com a comercialização medicamento oncológico Herzuma, usado no tratamento de câncer de mama , sendo este o início de suas operações comerciais. O ano de 2020 marca a entrada da Biommm no mercado de insulinas brasileiro, com a comercialização do Wosulin, insulina humana e do Afrezza, insulina inalável. Além disso, foi o primeiro ano completo de vendas do Herzuma. Tendo em vista o início de suas operações comerciais, aumento de portfólio com entrada de novos medicamentos no mercado, o aumento de capital privado concluído em dezembro de 2020 e seu plano operacional, a Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir com as suas obrigações de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2020, o índice de endividamento total foi de 56% (61% em 2019 e 65% em 2018), capital circulante líquido (CCL) positivo em R\$134.624 mil (R\$87.279 mil em 2019 e R\$66.798 mil em 2018). Na mesma data, a posição de disponibilidades de curto prazo era de R\$142.091 mil (R\$104.668 mil em 2019 e R\$88.011 mil em 2018) e a dívida líquida financeira totalizava R\$46.231 mil (R\$50.923 mil em 2019 e R\$59.308 mil em 2018), com um índice de dívida líquida financeira sobre o patrimônio líquido de 0,25 (0,33 em 2019 e 0,56 em 2018). O aumento no passivo de curto prazo em 2020 está diretamente ligado ao início da operação de vendas da Companhia.

### B) ESTRUTURA DE CAPITAL

A Companhia acredita que apresentou estrutura de capital, nos períodos indicados adequada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, na visão da Companhia, com seu atual estágio, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	243.491	235.214	199.594
Capital próprio (patrimônio líquido)	191.479	153.557	106.089
<b>Capital total (terceiros + próprio)</b>	<b>434.970</b>	<b>388.771</b>	<b>305.683</b>
Parcela de capital de terceiros	55,98%	60,50%	65,29%
Parcela de capital próprio	44,02%	39,50%	34,71%

O aumento da parcela de capital próprio e a queda da parcela de terceiros entre os anos de 2018 a 2020 se deu pela emissão de novas ações nos anos de 2018 no valor de R\$87.442 mil, em 2019 no valor de R\$101.096 mil e em 2020 no valor de R\$107.938 mil.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### C) CAPACIDADE DE PAGAMENTO EM RELAÇÃO AOS COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos assumidos. Em 31 de dezembro de 2020, o capital circulante líquido (CCL) foi positivo em R\$134.624 mil (R\$87.279 mil em 2019 e R\$66.798 mil em 2018), e o índice de liquidez corrente de 3,03 (2,44 em 2019, e 2,62 em 2018). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R\$188.322 mil de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo tomados (R\$155.591 mil em 2019 e R\$147.319 mil em 2018), sendo R\$43.608 mil (R\$12.786 mil em 2019 e R\$16.622 mil em 2018) de curto prazo (circulante) e R\$144.714 mil (R\$142.805 mil em 2019 e R\$130.697 mil em 2018) de longo prazo (não circulante). Por sua vez, a disponibilidade no curto prazo que resume nas linhas de caixa e equivalentes de caixa, depósitos no exterior e aplicações financeiras da Companhia somavam R\$142.091 mil (R\$104.668 mil em 2019 e R\$88.011 mil em 2018) na mesma data.

### D) FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO CIRCULANTES UTILIZADAS

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia utilizou substancialmente capital de terceiros para honrar os compromissos para a construção da unidade fabril em Nova Lima (MG) e de marcas e patentes. A evolução dos financiamentos nos últimos três exercícios sociais está demonstrada no item 10.1(f). No que se refere a capital de giro, foram financiados predominantemente por capital próprio da Companhia, através das capitalizações privadas feitas.

### E) FONTES DE FINANCIAMENTO PARA CAPITAL DE GIRO E PARA INVESTIMENTOS EM ATIVOS NÃO-CIRCULANTES QUE PRETENDE UTILIZAR PARA COBERTURA DE DEFICIÊNCIAS DE LIQUIDEZ

Caso sejam necessários recursos adicionais para capital de giro ou investimento, a Companhia poderá vir a captar recursos por meio de operações de dívida (nacionais ou estrangeiros) em bancos de primeira linha ou de capital. Operações essas que são suscetíveis a aprovação por parte do Conselho de Administração.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritos os principais contratos financeiros da Companhia e as características de cada um.

### F) NÍVEIS DE ENDIVIDAMENTO E AS CARACTERÍSTICAS DE TAIS DÍVIDAS, DESCREVENDO AINDA:

#### (I) CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO E FINANCIAMENTO RELEVANTES;

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2020:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Modalidade	Instituição financeira	Garantia	Vencimento	Taxa de Juros (*)	Saldo consolidado (Em milhares de reais)
Empréstimo de longo prazo	BNDES	[Hipoteca e alienação fiduciária]	2027	TLP + 3,39%	60.765
Empréstimo de longo prazo	BDMG FINEM	[Fiança, hipoteca e alienação fiduciária]	2027	TLP + 4,05%	21.868
Empréstimo de longo prazo	BDMG FAPEMIG	[Fiança, hipoteca e alienação fiduciária]	2027	5,32%	28.734
Empréstimo de longo prazo	FINEP	[Fiança, Hipoteca e alienação fiduciária]	2027	TJLP	50.630
Empréstimo de curto prazo	SANTANDER	[Aplicação em Time Deposit]	2021(**)	1,92%	27.719
<b>Total</b>					<b>189.716</b>

(\*) A taxa de juros informada refere-se a data base de 31 de dezembro de 2020

(\*\*) Em 04 de março 2021, a Companhia realizou uma captação de recursos, amparada pela lei nº 4131, visando o alongamento da sua dívida de curto prazo em moeda estrangeira passando o vencimento para 2022.

Em 19 de setembro de 2013, a Companhia firmou junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), o Contrato de Financiamento de nº 171.398/13, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R\$21.868 mil. A dívida tem vencimento final em outubro de 2027 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivos de TPL + 4,05%.

Em 19 de setembro de 2013, a Companhia firmou junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), com a interveniência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), o Contrato de Financiamento de nº 171.399/13, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R\$28.734 mil. A dívida tem vencimento final em outubro de 2027 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivos de 5,32%.

Em 19 de setembro de 2013, a Companhia firmou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), o Contrato de Financiamento de nº 13.20416.1, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R\$60.765 mil. A dívida tem vencimento final em outubro de 2027 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivos de TLP + 3,39%.

Em 19 de setembro de 2013, a Companhia firmou junto ao Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), o Contrato de Financiamento de nº 02.13.0232.00, com saldo devedor em aberto, em 31 de dezembro de 2020, de R\$50.630 mil. A dívida tem vencimento final em outubro de 2027 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros efetivos de TJLP.

Em 27 de fevereiro de 2020, a Companhia captou US\$5.300 mil junto ao Banco Santander por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) amparada pela Lei nº 4.131 para capital de giro, com o vencimento em março de 2021 e, sobre o saldo devedor, será devida taxa de juros de 1,92%a.a.

**(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia não mantém outras relações de longo prazo com instituições financeiras de valores relevantes.

### (iii) Grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia esclarece que, durante os três últimos exercícios sociais, não existiu grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. Note-se que, em eventual concurso universal de credores, após a realização do ativo da Companhia serão satisfeitos, nos termos da lei, os créditos trabalhistas, previdenciários e fiscais, com preferência em relação aos credores que contem com garantia real, bem como sobre os demais credores quirografários.

### (iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário:

Em 31 de dezembro de 2020, o endividamento total (empréstimos e financiamentos circulantes e não circulante) consolidado somavam R\$188.322 mil, dos quais R\$144.744 mil tem vencimento a partir de 2022. A tabela a seguir demonstra o saldo de empréstimos e financiamentos em 2020, 2019 e 2018:

Instituição financeira	Data da captação	Vencimento final	Valor captado	Juros anuais (*)	2020	2019	2018
BNDES	23/01/2014	2027	60.000	TLP + 3,39%	60.765	57.980	57.761
BDMG FINEM	23/09/2016	2027	21.000	TLP + 4,05%	21.868	20.487	20.271
BDMG FAPEMIG	23/01/2014	2027	30.000	5,32%	28.734	27.995	28.004
FINEP	14/03/2014	2027	54.129	TJLP	50.630	50.817	43.274
SANTANDER	27/02/2020	2021	23.733	1,92%	27.719	-	-
Custos de captação					(1.394)	(1.688)	(1.991)
<b>TOTAL</b>			<b>188.862</b>		<b>188.322</b>	<b>155.591</b>	<b>147.319</b>

(\*) A taxa de juros informada refere-se a data base de 31 de dezembro de 2020

(\*\*) Em 04 de março 2021, a Companhia realizou uma captação de recursos, amparada pela lei nº 4131, visando o alongamento da sua dívida de curto prazo em moeda estrangeira passando o vencimento para 2022.

i) Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$ 73.557. Sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA são devidos juros à taxa fixa de 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano (a título de remuneração). O montante dos juros será exigível trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2013 e 15 de outubro de 2017, e mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2017, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato. O principal da dívida decorrente deste contrato deve ser pago ao BNDES em 96 prestações

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de novembro de 2017, comprometendo-se a BIOMM a liquidar com a última prestação, em 15 de outubro de 2025, todas as obrigações decorrentes deste contrato. Em RCA realizada em 11/11/2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura de Termo Aditivo 2 BNDES, no qual, ficou repactuado que, a partir da data de sua celebração, sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,24% (dois inteiros e vinte e quatro décimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Em RCA realizada em 09/08/2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato do BNDES, no qual, foi repactuado os prazos e os custos de contratação de cartas de fiança bancária vinculadas aos contratos de financiamento firmados entre a Companhia, BDMG (FINEM) e BNDES. Em RCA realizada em 09/05/2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato do BNDES, no qual, foi pactuado a suspensão do pagamento das parcelas de principal do Contrato, sem a incidência de encargos moratórios e com a manutenção da exigibilidade das parcelas de juros compensatórios, mensalmente, entre os períodos de 15 de maio de 2018, retomando-se, a partir de 15 de dezembro de 2018. No dia 12 de dezembro de 2019 foram celebrados os termos aditivos referentes a: (i) Contrato de Financiamento de nº13.20416.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e a Companhia, no qual foram estabelecidas novas condições de amortização do principal da dívida, carência e juros, permitindo um alongamento da dívida; (ii) contratos de Financiamentos de nº171.398/13 entre o BDMG e a Companhia, 171.399/13 entre FAPEMIG e a Companhia e 02.13.0232.00 entre FINEP e a Companhia, nos quais foram renegociados os compartilhamentos de garantias hipotecárias e de propriedade fiduciárias, definindo-se um percentual fixo para cada ente propondo um rebalanceamento das Garantias. Em 5 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a celebração de termos aditivos aos contratos de financiamentos que a Companhia possui junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A por meio dos quais foram negociadas as suspensões temporárias de pagamento das parcelas do principal e dos juros remuneratórios ("standstill"), por um período de 6 (seis) meses, sem alteração do termo final do prazo de amortização e da taxa de juros dos referidos financiamentos.

ii) Contrato de Financiamento celebrado com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de até R\$ 70.438, por Escritura Pública, de acordo com os termos e condições previstos nos respectivos instrumentos. Sobre o principal da dívida incidirão, pro rata tempore, juros compostos de TJLP acrescidos de 6% (seis por cento) ao ano a título de SPREAD, reduzidos por EQUALIZAÇÃO equivalente a 6% (seis por cento) ao ano. O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago à FINEP em 97 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. Durante o período de carência de 48 meses, que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do Contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, serão cobrados os encargos acima referido. O montante de juros será apurado e exigido mensalmente, durante o prazo de carência, vencendo todo dia 15. Durante o período de amortização, o montante de juros acima referido, será exigido juntamente com as prestações do principal e no vencimento ou na liquidação

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

do contrato. Em RCA realizada em 09/08/2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura de Termo Aditivo 2 FINEP, no qual foram alteradas as condições para o desembolso dos recursos e as garantias. Em RCA realizada em 02/08/2017, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura de Termo Aditivo 3 FINEP, que tem como objeto constituir garantias ao Contrato nº 02.13.0232.00 acrescentando-se o item a Cláusula Décima Quarta, segunda hipoteca, em favor de Finep. Em RCA realizada em 09/05/2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura do 4º Termo aditivo ao Contrato de Financiamento nº 02.13.0232.00 no qual, foi repactuado o período de amortização e de vencimento deste contrato em 24 meses. No dia 12 de dezembro de 2019 foram celebrados os termos aditivos referentes a: (i) Contrato de Financiamento de nº13.20416.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e a Companhia, no qual foram estabelecidas novas condições de amortização do principal da dívida, carência e juros, permitindo um alongamento da dívida; (ii) contratos de Financiamentos de nº171.398/13 entre o BDMG e a Companhia, 171.399/13 entre FAPEMIG e a Companhia e 02.13.0232.00 entre FINEP e a Companhia, nos quais foram renegociados os compartilhamentos de garantias hipotecárias e de propriedade fiduciárias, definindo-se um percentual fixo para cada ente propondo um rebalanceamento das Garantias

iii) Contrato de Financiamento mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, celebrado com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, no valor de R\$26.103. Às seguintes taxas: a) a serem cobrados ao BDMG pelo BNDES: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao ano (a título de remuneração); e b) a serem cobrados à Biommm pelo BDMG: 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano (a título de remuneração). O prazo de carência é de 48 meses, contados a partir do dia 15 imediatamente subsequente à data da formalização jurídica da operação, e encerrando-se em 15/10/2017. Durante o período de carência os juros serão exigidos trimestralmente. As amortizações serão em 96 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. Em RCA realizada em 11/11/2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura de Termo Aditivo 2 BDMG, no qual, ficou repactuado que sobre o principal da dívida da Companhia incidirão juros de 3% ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. Em RCA realizada em 25/08/2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura do Termo Aditivo 3 BDMG, no qual, houve a aprovação da contratação de carta de fiança bancária vinculada ao contrato de financiamento firmado entre a Companhia, o BDMG e a FAPEMIG, bem como a respectiva concessão de garantia em decorrência da contratação da referida carta fiança. Em RCA realizada em 09/05/2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura do 4º Termo aditivo ao Contrato BDMG/BF nº 171.398/13 no qual, foi pactuado a suspensão do pagamento das parcelas de principal do Contrato, sem a incidência de encargos moratórios e com a manutenção da exigibilidade das parcelas de juros compensatórios, mensalmente, entre os períodos de 15 de maio de 2018, retomando-se, a partir de 15 de dezembro de 2018. No dia 4 de junho de 2019 foram registrados em cartório os termos aditivos datados de 19 de março de 2019 referentes aos Contratos de Financiamentos de nº 171.398/13 celebrado entre o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e a Companhia e o contrato de nº 171.399/13 celebrado entre o BDMG, com a interveniência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Minas Gerais (FAPEMIG) e a Companhia. Foram negociadas novas condições de amortização do principal da dívida, carência e juros, permitindo o alongamento da dívida. No dia 12 de dezembro de 2019 foram celebrados os termos aditivos referentes a: (i) Contrato de Financiamento de nº13.20416.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e a Companhia, no qual foram estabelecidas novas condições de amortização do principal da dívida, carência e juros, permitindo um alongamento da dívida; (ii) contratos de Financiamentos de nº171.398/13 entre o BDMG e a Companhia, 171.399/13 entre FAPEMIG e a Companhia e 02.13.0232.00 entre FINEP e a Companhia, nos quais foram renegociados os compartilhamentos de garantias hipotecárias e de propriedade fiduciárias, definindo-se um percentual fixo para cada ente propondo um rebalanceamento das Garantias. . Em 5 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a celebração de termos aditivos aos contratos de financiamentos que a Companhia possui junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A por meio dos quais foram negociadas as suspensões temporárias de pagamento das parcelas do principal e dos juros remuneratórios ("standstill"), por um período de 6 (seis) meses, sem alteração do termo final do prazo de amortização e da taxa de juros dos referidos financiamentos.

iv) Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos originários da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, no valor de R\$30.000, celebrado com o BDMG na qualidade de mandatário da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Sobre o valor total do crédito incidirão juros à taxa efetiva de 3,11% (três vírgula onze por cento) ao ano, calculados por dias corridos, com base na taxa equivalente diária (365 ou 366 dias), capitalizados mensalmente durante o período de carência. Referidos juros serão exigidos juntamente com as prestações de principal, nos respectivos vencimentos e na liquidação da dívida, exceto durante o período compreendido entre a liberação dos recursos e o vencimento da primeira prestação (período de carência), em que serão exigidos trimestralmente. O prazo de carência é de 48 meses, contados a partir do dia 15 subsequente à data da formalização jurídica da operação. A dívida será paga em 96 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15/11/2017 e a última em 15/10/2025, independentemente da emissão de aviso de cobrança. Em RCA realizada em 11/11/2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura do Termo Aditivo 2 BDMG no qual foi alterado a finalidade do projeto passando a ser: implantação de uma unidade industrial biofarmacêutica em Nova Lima - MG, para produção de cristais de insulina humana recombinante, utilizando tecnologia própria, no âmbito do Programa MINAS ESTRUTURADOR. Em consequência desta alteração, os juros incidentes foram alterados para 5,32 (cinco vírgula trinta e dois por cento) ao ano, calculados por dias corridos, a partir da presente data, com base na taxa equivalente diária (365 ou 366 dias). Em RCA realizada em 25/08/2016 foi aprovado pelo Conselho de Administração o Termo Aditivo 3 BDMG houve a alteração da vigência da Carta de Fiança, sendo emitida pelo prazo mínimo de 12 meses, devendo ser obrigatoriamente substituída até o 15º dia anterior ao do termo final do prazo de sua vigência, sob pena de vencimento antecipado do contrato. Em RCA realizada em 09/05/2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura do 4º Termo aditivo ao Contrato BDMG/BF nº 171.399/13 no qual, foi pactuado a suspensão do pagamento das parcelas de principal do Contrato, sem a



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

incidência de encargos moratórios e com a manutenção da exigibilidade das parcelas de juros compensatórios, mensalmente, entre os períodos de 15 de maio de 2018, retomando-se, a partir de 15 de dezembro de 2018. No dia 4 de junho de 2019 foram registrados em cartório os termos aditivos datados de 19 de março de 2019 referentes aos Contratos de Financiamentos de nº 171.398/13 celebrado entre o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e a Companhia e o contrato de nº 171.399/13 celebrado entre o BDMG, com a interveniência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e a Companhia. Foram negociadas novas condições de amortização do principal da dívida, carência e juros, permitindo o alongamento da dívida. No dia 12 de dezembro de 2019 foram celebrados os termos aditivos referentes a: (i) Contrato de Financiamento de nº13.20416.1 entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) e a Companhia, no qual foram estabelecidas novas condições de amortização do principal da dívida, carência e juros, permitindo um alongamento da dívida; (ii) contratos de Financiamentos de nº171.398/13 entre o BDMG e a Companhia, 171.399/13 entre FAPEMIG e a Companhia e 02.13.0232.00 entre FINEP e a Companhia, nos quais foram renegociados os compartilhamentos de garantias hipotecárias e de propriedade fiduciárias, definindo-se um percentual fixo para cada ente propondo um rebalanceamento das Garantias. Em 5 de agosto de 2020, o Conselho de Administração aprovou a celebração de termos aditivos aos contratos de financiamentos que a Companhia possui junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A por meio dos quais foram negociadas as suspensões temporárias de pagamento das parcelas do principal e dos juros remuneratórios ("standstill"), por um período de 6 (seis) meses, sem alteração do termo final do prazo de amortização e da taxa de juros dos referidos financiamentos.

v) Contrato CCB Santander: No dia 27 de fevereiro de 2020, a Companhia captou US\$5.300 por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) amparada pela Lei nº 4.131 para capital de giro. A Companhia segue sua estratégia de captação de recursos em linha da sua política de financiamentos de suas operações e proteção cambial. No dia 2 de setembro de 2020, foi celebrada a renovação do empréstimo alterando-se a data de vencimento de 1º de setembro de 2020 para 5 de março de 2021, além da redução dos juros de 2,9175%a.a. para 1,92%a.a.

A Administração da Companhia gerencia seu fluxo de caixa de acordo com suas disponibilidades *versus* seus compromissos, buscando constantemente maior eficiência nesta gestão e mantendo seus recursos aplicados no mercado financeiro de forma conservadora e em instituições de primeira linha.

### g) LIMITES DE UTILIZAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS JÁ CONTRATADOS E PERCENTUAIS JÁ UTILIZADOS

Os limites de utilização dos financiamentos contratados e os percentuais já utilizados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstrados no quadro abaixo:

Instituição financeira	Total	Valor captado	% Utilizado
------------------------	-------	---------------	-------------

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

BNDES	73.557	60.000	82%
BDMG – FINEM	26.103	21.000	80%
BDMG – FAPEMIG	30.000	30.000	100%
FINEP	70.438	54.129	77%
SANTANDER	23.733	23.733	100%
<b>TOTAL</b>	<b>223.831</b>	<b>188.862</b>	<b>84%</b>

**H) ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS EM CADA ITEM DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO****EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019****Consolidado**

<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO</b> (em R\$ milhares, exceto %)	<b>2020</b>	<b>AV</b>	<b>2019</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
Receita líquida	58.668	100%	8.944	100%	556%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(44.732)	-76%	(8.423)	-94%	431%
Lucro bruto	13.936	24%	521	6%	2.575%
Despesas operacionais	(69.509)	-118	(53.131)	-594%	31%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	(55.573)	-95%	(52.610)	-588%	6%
Resultado financeiro, líquido	(15.131)	-26%	(3.164)	-35%	378%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(70.704)	-121%	(55.774)	-624%	27%
Imposto de renda e contribuição social	(63)	0%	(38)	0%	66%
Lucro (prejuízo) do exercício	(70.767)	-121%	(55.812)	-624%	27%
EBITDA / Margem EBITDA (AV)	(45.080)	-77%	(47.994)	-537%	-6%

***Receita líquida***

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$58.668 mil comparativamente a R\$8.944 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$49.724 mil ou 556%. Esse expressivo aumento se deve ao início da comercialização de medicamentos ter iniciado apenas a partir de novembro de 2019, com o início das vendas do Herzuma, medicamento oncológico usado no tratamento do câncer de mama. Em 2020, além de a Companhia ter doze meses completos de venda do medicamento Herzuma, a Companhia ampliou

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

seu portfólio com o início da comercialização da Afrezza (insulina inalável) e Wosulin (insulina humana), em janeiro e abril de 2020, respectivamente.

### ***Custo dos produtos vendidos e serviços prestados***

O Custo dos produtos vendidos aumentou R\$36.309, ou seja, 431%, e está diretamente ligado ao aumento do volume das vendas em 2020 comparado com o ano anterior.

### ***Lucro bruto***

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$13.936 mil comparativamente a R\$521 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$13.415 mil ou 2.575%. Lucro bruto representou 24% e 6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído diretamente ao aumento no volume das vendas conforme comentado na variação da Receita Líquida.

### ***Despesas operacionais***

Despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de (R\$69.509) mil comparativamente a (R\$53.131) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$16.378 mil ou aumento de 118%. Despesas operacionais representou -118% e -594% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este incremento está ligado à (i) implantação da força de vendas da área de oncologia no final do ano anterior e ao incremento da operação de comercialização e distribuição da Companhia, com investimento em marketing e propaganda relacionado aos produtos comercializados; (ii) contratação de serviços relacionados a assuntos regulatórios, incluindo farmacovigilância; e (iii) amortização de marcas e licenças, visto o início da comercialização de medicamentos no final do ano anterior.

### ***Resultado financeiro, líquido***

Resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de (R\$15.131) mil comparativamente a (R\$3.164) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$11.967 mil ou aumento de 378%. Resultado financeiro, líquido representou -26% e -35% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à desvalorização do real frente ao dólar de cerca de 30%, levando a um resultado financeiro negativo, bem como o aumento de juros com a contratação de empréstimo na modalidade 4131.

### ***Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de (R\$70.704) mil comparativamente a (R\$55.774) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$14.930 mil ou aumento de 27%. Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social representou -121% e -624% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

atribuído substancialmente no resultado operacional de 2020 que teve um aumento de 31% em comparação ao ano de 2019.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de (R\$63) mil comparativamente a (R\$38) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de (R\$25) mil ou uma redução de 66%. Imposto de renda e contribuição social representou 0% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Esta variação é atribuída substancialmente aos efeitos tributários sobre as variações cambiais no período que resultou em uma provisão de impostos diferidos.

### ***Lucro (prejuízo) do exercício***

Lucro (prejuízo) do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de (R\$70.767) mil comparativamente a (R\$55.812) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$14.955 mil ou aumento de 27%. Lucro (prejuízo) do exercício representou -121% e -624% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente no resultado operacional de 2020 que teve um aumento de 31% em comparação ao ano de 2019 bem como o aumento do resultado financeiro que teve um aumento em 378% em comparação ao ano de 2019.

### **EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Consolidado					
<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO</b> (em R\$ milhares, exceto %)	<b>2019</b>	<b>AV</b>	<b>2018</b>	<b>AV</b>	<b>AH</b>
Receita líquida	8.944	100%	1.566	100%	471%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(8.423)	-94%	(1.321)	-84%	538%
Lucro bruto	521	6%	245	16%	113%
Despesas operacionais	(53.131)	-594%	(36.919)	-2358%	44%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social	(52.610)	-588%	(36.674)	-2342%	43%
Resultado financeiro, líquido	(3.164)	-35%	(5.855)	-374%	-46%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(55.774)	-624%	(42.529)	-2716%	31%
Imposto de renda e contribuição social	(38)	0%	(33)	-2%	15%
Lucro (prejuízo) do exercício	(55.812)	-624%	(42.562)	-2718%	31%
EBITDA / Margem EBITDA (AV)	(47.994)	-537%	(34.934)	-2231%	37%

### ***Receita líquida***

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$8.944 mil comparativamente a R\$1.566 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$7.378 mil ou 471%. Este aumento é atribuído substancialmente ao início das vendas de medicamentos em novembro de 2019. Ainda, houve continuidade na prestação de serviços de estudos clínicos iniciados no ano de 2018, que contribuiu em R\$2.463 deste aumento.

### ***Custo dos produtos vendidos e serviços prestados***

O Custo dos produtos vendidos aumentou R\$7.102, 538% devido ao início das vendas de medicamentos em novembro de 2019 e a continuidade na prestação de serviços de estudos clínicos iniciados no ano de 2018.

### ***Lucro bruto***

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$521 mil comparativamente a R\$245 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$276 mil ou 113%. Lucro bruto representou 6% e 16% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao início da venda de medicamentos em novembro de 2020.

### ***Despesas operacionais***

Despesas operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de (R\$53.131) mil comparativamente a (R\$36.919) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$16.212 mil ou aumento de 44%. Despesas operacionais representou -594% e -2.358% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este incremento está ligado a estruturação da Companhia, para início de suas operações de comercialização e distribuição, incluindo, entre outros, contratação de força de vendas em oncologia e melhor estruturação de suas operações.

### ***Resultado financeiro, líquido***

Resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de (R\$3.164) mil comparativamente a (R\$5.855) mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$2.691 mil ou redução de 46%. Resultado financeiro, líquido representou -35% e -374% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao resultado líquido de variação cambial que em 2019 auferiu uma receita financeira de R\$5.399 mil (resultado negativo em R\$300 mil em 2018).

### ***Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social***

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de (R\$55.774) mil comparativamente a (R\$42.529) mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$13.245 mil ou aumento de 31%. Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social representou -624% e -2.716% da receita líquida nos

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das despesas operacionais em 2019 em comparação ao ano de 2018 conforme descrito acima.

### ***Imposto de renda e contribuição social***

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de (R\$38) mil comparativamente a (R\$33) mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$5 mil ou aumento de 2%. Imposto de renda e contribuição social representou 0% e - 2% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente aos efeitos tributários sobre as variações cambiais no período que resultou em uma provisão de impostos diferidos.

### ***Lucro (prejuízo) do exercício***

Lucro (prejuízo) do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$55.812 mil comparativamente a R\$42.562 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R\$13.250 mil ou 31%. Lucro (prejuízo) do exercício representou -624% e -2.718% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento das despesas operacionais em 2019 em comparação ao ano de 2018 conforme descrito acima.

### **BALANÇOS PATRIMONIAIS**

<b>ATIVO</b> (em R\$ milhares, exceto %)	<b>31/12/2020</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>2020x 2019</b>	<b>2019x 2018</b>
<b>Circulante</b>	<b>200.896</b>	<b>46%</b>	<b>148.074</b>	<b>38%</b>	<b>109.853</b>	<b>36%</b>	<b>36%</b>	<b>35%</b>
Caixa e equivalente de caixa	57.403	13%	30.075	8%	20.981	7%	91%	90%
Aplicações financeiras	84.688	19%	74.593	19%	67.030	22%	14%	11%
Contas a receber	20.499	5%	4.956	1%	622	0%	314%	697%
Estoques	18.491	4%	23.556	6%	16.925	6%	-22%	39%
Impostos a recuperar	1.127	0%	1.646	0%	637	0%	-32%	158%
Adiantamento a fornecedor	17.613	4%	11.831	3%	36	0%	49%	N/A
Outros ativos	237	0%	579	0%	1.822	1%	-59%	-100%
Ativos disponíveis para venda	838	0%	838	0%	1.800	1%	0%	141%
<b>Não Circulante</b>	<b>234.074</b>	<b>54%</b>	<b>240.697</b>	<b>62%</b>	<b>195.830</b>	<b>64%</b>	<b>-3%</b>	<b>23%</b>
Aplicações financeiras	15.164	3%	15.210	4%	7.582	2%	0%	101%
Depósitos Judiciais	490	0%	496	0%	1.016	0%	-1%	-51%
Outros ativos	-	0%	-	0%	969	0%	-100%	-100%
Imobilizado	159.799	37%	161.627	42%	156.272	51%	-1%	3%
Intangível	58.621	13%	63.364	16%	29.991	10%	-7%	111%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Total do Ativo</b>	<b>434.970</b>	<b>100%</b>	<b>388.771</b>	<b>100%</b>	<b>305.683</b>	<b>100%</b>	<b>12%</b>	<b>27%</b>
-----------------------	----------------	-------------	----------------	-------------	----------------	-------------	------------	------------

<b>PASSIVO</b> (em R\$ milhares, exceto %)	<b>31/12/2020</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>AV</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>AV</b>	<b>2020x 2019</b>	<b>2019 x 2018</b>
<b>Circulante</b>	<b>66.272</b>	<b>15%</b>	<b>60.795</b>	<b>16%</b>	<b>41.255</b>	<b>13%</b>	<b>9%</b>	<b>47%</b>
Fornecedores	11.338	3%	39.396	10%	18.915	6%	-71%	108%
Empréstimos e financiamentos	43.608	10%	12.786	3%	16.622	5%	241%	-23%
Impostos a recolher	1.264	0%	655	0%	413	0%	93%	59%
Salários e encargos sociais	7.305	2%	6.004	2%	4.644	2%	22%	29%
Títulos a pagar	1.172	0%	-	0%	-	0%	N/A	N/A
Outras contas a pagar	1.585	0%	1.954	1%	661	0%	-19%	196%
<b>Passivo não circulante</b>	<b>177.219</b>	<b>41%</b>	<b>174.419</b>	<b>45%</b>	<b>158.339</b>	<b>52%</b>	<b>2%</b>	<b>10%</b>
Títulos a pagar	16.404	4%	16.638	4%	15.939	5%	-1%	4%
Empréstimos e financiamentos	144.714	33%	142.805	37%	130.697	43%	1%	9%
Partes relacionadas	13.636	3%	10.579	3%	10.169	0%	29%	4%
Tributos diferidos	155	0%	92	0%	55	0%	68%	67%
Contingências	843	0%	1.321	0%	1.217	0%	-36%	9%
Outras contas a pagar	1.467	0%	2.984	1%	262	0%	-51%	1.039%
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>191.479</b>	<b>44%</b>	<b>153.557</b>	<b>39%</b>	<b>106.089</b>	<b>35%</b>	<b>25%</b>	<b>45%</b>
Capital social	496.476	114%	388.538	100%	287.442	94%	28%	35%
Reserva de capital	16.814	4%	16.344	4%	14.194	5%	3%	15%
Prejuízos acumulados	(322.443)	-74%	(251.676)	-65%	(195.864)	-64%	28%	28%
Ajustes acumulados de conversão	632	0%	351	0%	317	0%	80%	11%
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>434.970</b>	<b>100%</b>	<b>388.771</b>	<b>100%</b>	<b>305.683</b>	<b>100%</b>	<b>12%</b>	<b>27%</b>

**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019****Ativo circulante**

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$200.896 mil, em comparação com R\$148.074 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

46% em 31 de dezembro de 2020 e 38% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$58.822 mil ou 36%, decorreu do aumento de disponibilidades que se deu pelo aumento de capital realizado em 2020 bem como o aumento do contas a receber devido ao incremento das operações de vendas dos medicamentos do portfólio da Companhia.

### ***Ativo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$234.074 mil, em comparação com R\$240.697 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 54% em 31 de dezembro de 2020 e 62% em 31 de dezembro de 2019. Esta queda, de R\$6.623 mil ou -3% decorreu principalmente pelas depreciações e amortizações no exercício de 2020.

### ***Passivo circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R\$66.272 mil, em comparação com R\$60.795 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 15% em 31 de dezembro de 2020 e 16% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$5.477 mil ou 9%, decorreu principalmente pelo aumento de empréstimos pelo motivo da contratação do empréstimo na modalidade 4131, consequentemente, reduzindo o saldo de fornecedores e também pela realocação para o curto prazo do saldo a pagar de títulos e valores mobiliários.

### ***Passivo não circulante***

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R\$177.219 mil, em comparação com R\$174.219 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 41% em 31 de dezembro de 2020 e 45% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R\$2.800 mil ou 2%, decorreu devido ao aumento de partes relacionadas devido ao aumento da taxa cambial entre os anos de 2020 e 2019.

### ***Patrimônio líquido***

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R\$191.479 mil, em comparação com R\$153.557 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta variação, de R\$37.922 mil ou 25%, deu-se pelo aumento de capital de R\$107.281 mil realizado em 2020 bem como ter apresentado prejuízo de R\$70.767 em 2020.

## **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

### ***Ativo circulante***

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R\$148.074 mil, em comparação com R\$109.853 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 38% em 31 de dezembro de 2019 e 36% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$38.221



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

mil ou 35%, decorreu do aumento de disponibilidades que se deu pelo aumento de capital realizado em 2018 bem como o aumento de estoques devido a aquisição de medicamentos para revendas.

### **Ativo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R\$240.697 mil, em comparação com R\$195.830 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 62% em 31 de dezembro de 2019 e 64% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$44.867 mil ou 23%, decorreu principalmente pelo aumento de intangível em 2019 por meio de aquisição de licença de marcas.

### **Passivo circulante**

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R\$60.795 mil, em comparação com R\$41.255 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 16% em 31 de dezembro de 2019 e 13% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$19.540 mil ou 47%, decorreu principalmente pelo aumento de fornecedores pelo motivo de obrigações a pagar sobre a operação de distribuição e comercialização da Companhia.

### **Passivo não circulante**

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R\$174.419 mil, em comparação com R\$158.339 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 45% em 31 de dezembro de 2019 e 52% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R\$16.080 mil ou 10%, decorreu devido a realocação de saldo de empréstimos e financiamentos entre o curto prazo e o longo prazo, após a renegociação de contratos junto aos financiadores postergando o prazo de início de pagamento de principal.

### **Patrimônio líquido**

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R\$153.557 mil, em comparação com R\$106.089 mil em 31 de dezembro de 2018. Esta variação, de R\$47.468 mil ou 45%, deu-se pelo aumento de capital de R\$101.096 mil realizado em 2019 bem como ter apresentado prejuízo de R\$55.812 em 2019.

## **FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ mil)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(96.874)	(80.852)	(45.943)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(6.842)	(20.517)	(22.180)

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	130.849	110.645	80.483
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	27.133	9.276	12.360

**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019*****Fluxo de caixa das atividades operacionais***

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou (R\$96.874) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a (R\$80.852) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$16.022 mil, ou 17%, é justificada pelo prejuízo do exercício em 2020 (R\$70.767 mil) ser superior em relação ao ano de 2019 (R\$55.812 mil).

***Caixa líquido consumido nas atividades de investimento***

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou (R\$6.842) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a (R\$20.517) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa queda de R\$13.675 mil, ou 200%, é justificada pela queda na aquisição de imobilizado e intangível entre o ano de 2020 em comparação ao ano de 2019.

***Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento***

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$130.849 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$110.645 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R\$20.204 mil, ou 15%, é justificada pelo aumento de capital em 2020 (R\$107.281 mil) ter sido superior em relação ao ano de 2019 (R\$100.000 mil), além disso, em 2020 ocorreu uma liberação de empréstimo (R\$23.733 mil) superior em relação ao no de 2019 (R\$7.399 mil).

**EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018*****Fluxo de caixa das atividades operacionais***

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou (R\$80.852) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a (R\$45.943) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$34.909 mil, ou 76%, é justificada pelo prejuízo do exercício em 2019 (R\$55.812 mil) ser superior em relação ao ano de 2018 (R\$42.562 mil) bem como o aumento de estoques e contas a receber devido ao início da venda de medicamentos em novembro de 2019.

***Caixa líquido consumido nas atividades de investimento***

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou (R\$20.517) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a (R\$22.180) mil no exercício findo em 31 de dezembro

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

de 2018. Esse aumento de R\$1.663 mil, ou 7%, é justificada pela queda do resgate das aplicações financeiras em comparação ao ano de 2018.

***Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento***

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$110.645 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$80.483 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R\$30.162 mil, ou 37%, é justificada pelo aumento de capital em 2019 (R\$100.000 mil) ter sido superior em relação ao ano de 2018 (R\$87.442 mil), além disso, em 2019 não houve pagamento de principal sobre os empréstimos e financiamentos e teve uma liberação de R\$7.399 mil de obtenção de empréstimos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### A) RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DA COMPANHIA

#### (i) DESCRIÇÃO DE QUAISQUER COMPONENTES IMPORTANTES DA RECEITA

A Biomm é uma Companhia especializada e focada em biomedicamentos. Em 2020, a Companhia iniciou a comercialização dos medicamentos Wosulin, insulina humana, nas apresentações NPH e Regular, Afrezza, insulina inalável e também foi o primeiro ano completo de vendas do Herzuma (trastuzumabe), que teve início de vendas em novembro de 2019.

Durante os exercícios de 2020, 2019 e 2018 a Companhia incorreu em receitas por prestação de serviços, não recorrente, na coordenação de estudos clínicos para insulinas NPH e Regular, além de ter trabalhado com a venda piloto de um dermocosmético para diabéticos, chamado Confort Care, de faturamento não expressivo.

#### (ii) FATORES QUE AFETAM MATERIALMENTE OS RESULTADOS OPERACIONAIS

Os fatores que podem afetar materialmente os resultados operacionais da Companhia estão apresentados a seguir:

##### a) Situação macroeconômica brasileira.

A operação da Biomm está situada no mercado brasileiro, assim, as condições macroeconômicas do país podem influenciar no resultado operacional da Companhia por meio, por exemplo de crises políticas, oscilações expressivas nas taxas de câmbio, taxa de juros e ou nos índices inflacionários.

Devido ao modelo de negócios da Companhia, e parcerias com fornecedores internacionais, variações no câmbio podem afetar o resultado operacional da Companhia, positivamente ou negativamente.

Variações nas taxas de juros podem impactar o resultado operacional da Companhia por meio de reajustes de contratos e, ainda, na evolução nos empréstimos que acompanham indicadores como a TJLP e TLP.

##### a) Regulatório

A Companhia está sujeita a regulações no mercado farmacêutico que incluem o controle de preços conforme orientações da CMED. Os ajustes nos preços dos produtos farmacêuticos são realizados anualmente, e podem não acompanhar a evolução dos custos dos produtos, que, por sua vez, podem ter sido impactados por outros fatores, como por exemplo, a taxa de câmbio, que pode ter um impacto negativo maior do que o positivo do incremento de preços no resultado operacional da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### **(iii) VARIAÇÕES DAS RECEITAS ATRIBUÍVEIS A MODIFICAÇÕES DE PREÇOS, TAXAS DE CÂMBIO, ALTERAÇÕES DE VOLUMES E INTRODUÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS**

As variações das receitas na Companhia são afetadas principalmente quando ocorre a entrada de novos produtos para vendas no mercado brasileiro.

Com o início das vendas de medicamentos em 2019, os três últimos exercícios sociais sofreram alterações relevantes na variação da receita por meio de entrada de novos produtos e serviços e do volume de vendas. Ao final de 2020 a Companhia obteve um market share para os produtos Herzuma e Wosulin, de 11% e 3,3%, respectivamente (Dados de volume referentes ao mês de dezembro de 2020, relatório “PMB”, disponibilizado pela IQVIA).

Adicionalmente, alguns produtos do portfólio Biommm estão em fase de aprovação regulatória e tem como previsão de vendas no decorrer do ano de 2021. Isto irá refletir no aumento gradual da receita, conforme a entrada de mercado de cada medicamento além das alterações de volumes de vendas que tentem aumentar gradativamente.

Já a prestação de serviço de coordenação de estudos clínicos, por se tratar de um cliente estrangeiro, pode sofrer variações cambiais que interferem na receita da Companhia.

Por fim, a taxa de câmbio não interfere na receita de vendas de produtos pois a venda é feita em moeda Real e abrange somente o mercado brasileiro. Ressalta-se que a venda de medicamentos está em conformidade com as exigências regulatórias (CMED) que controla o preço de vendas de medicamentos

### **(iv) IMPACTO DA INFLAÇÃO, DA VARIAÇÃO DE PREÇO DOS PRINCIPAIS INSUMOS E PRODUTOS, DO CÂMBIO E DA TAXA DE JUROS NO RESULTADO OPERACIONAL E NO RESULTADO FINANCEIRO DO EMISSOR, QUANDO RELEVANTE.**

A inflação afeta diretamente o resultado operacional por meio de reajustes contratuais que acompanham indicadores como IPCA e IGP-M. Os custos dos empréstimos contratados pela companhia cujas taxas de juros estão atrelados a indicadores como TJLP e TLP também podem aumentar caso ocorra um aumento na inflação.

A inflação pode interferir, ainda, no rendimento das aplicações financeiras, o que impacta positivamente o resultado financeiro.

A Companhia está exposta aos riscos cambiais que interferem diretamente no custo de importação dos medicamentos, além disso, o câmbio influencia na atualização dos mútuos entre partes relacionadas nas aplicações financeiras e também na consolidação do balanço da Biommm S.A. junto as subsidiárias internacionais. O resultado financeiro é atualizado mensalmente de acordo com a competência contábil, acompanhando a taxa de câmbio no referido mês.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****A) INTRODUÇÃO OU ALIENAÇÃO DE SEGMENTO OPERACIONAL**

A Companhia vem desenvolvendo parcerias e, nesse sentido, em 2018 deu início a prestação de serviços, não recorrente, de coordenação de estudos clínicos, e em novembro de 2019 teve início a comercialização e distribuição de biomedicamentos nos ramos de oncologia e diabetes.

**B) CONSTITUIÇÃO, AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA**

Nos últimos três exercícios sociais não ocorreram operações de constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

**C) EVENTOS OU OPERAÇÕES NÃO USUAIS**

Nos últimos três exercícios sociais, não ocorreram eventos ou operações que não sejam usuais.

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases****A) MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Não houveram alterações de normas com impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020. A seguinte norma foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º. de janeiro de 2019, a qual não teve impacto material para a Companhia: IFRS 16/CPC 06(R2) -"Arrendamentos": com essa nova norma, os arrendatários passam ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo fora escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor. Os critérios reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

**B) EFEITOS SIGNIFICATIVOS DAS ALTERAÇÕES EM PRÁTICAS CONTÁBEIS**

No exercício de 2020, a Companhia não efetuou mudanças significativas nas práticas contábeis.

**C) RESSALVAS E ÊNFASES PRESENTES NO PARECER DO AUDITOR**

Nos últimos três exercícios sociais não foram feitas ressalvas e/ou ênfases nos pareceres de nossos auditores.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### **Estimativas e premissas contábeis significativas**

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### (a) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia possui depósitos bancários e aplicações financeiras em moeda estrangeira e aplicações financeiras em montantes expressivos cuja carteira está lastreada em títulos com baixo risco de crédito e em títulos públicos federais. Em função da composição da carteira, não se espera flutuações relevantes no valor dessas aplicações financeiras em moeda nacional, que são avaliadas ao seu valor justo. Alterações na taxa de câmbio pode impactar os valores justos dos depósitos bancários e aplicações financeiras em moeda estrangeira.

#### (b) Redução ao valor recuperável de investimentos em controlada em conjunto

A sociedade *joint venture* Gabas Global, na Arábia Saudita, constituída em 2008 apresenta histórico de atrasos e diversos adiamentos na implantação do projeto somado às especificidades do ambiente regulatório, político e econômico saudita, que trazem incertezas em relação à sua efetividade.

Dessa forma, foi reconhecida uma perda ao valor realizável da totalidade desse investimento.

#### (c) Definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e intangível

A definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e intangível envolve o uso de avaliações relevantes por parte da Administração.

A Companhia estima a vida útil desses ativos de acordo com a expectativa de geração de benefícios econômicos para a companhia, entretanto, a vida útil real pode ser diferente daquelas estimadas, a depender dos prazos para validação final da nossa unidade fabril.

### **Políticas Contábeis**

#### **Impairment de ativos financeiros**



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

### Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica ativos mantidos para venda quando os valores contábeis forem recuperados principalmente por meio da venda, e não por meio do uso continuado. Esses ativos são mensurados ao valor contábil ou ao valor justo deduzido de custos de venda ou distribuição, dos dois o menor.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda e são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

### Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábrica e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

### Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado e é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Edificações - 66 a 67 anos;
- Máquinas e equipamentos - 10 anos;
- Instalações - 10 anos;

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Terrenos - não são depreciados.

### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

### Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Os gastos com desenvolvimento envolvem custos incorridos com investimento em CMO (*Contract Manufacturing Organization*) conforme detalhes na Nota Explicativa nº 11.

### Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 4,9 anos.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

**A) OS ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PELA COMPANHIA, DIRETA OU INDIRETAMENTE, QUE NÃO APARECEM NO SEU BALANÇO PATRIMONIAL (OFF - BALANCE SHEET ITEMS), TAIS COMO:**

**(I) ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS, ATIVOS E PASSIVOS;**

De acordo com as regras contábeis vigentes, a Companhia não possui ativos e passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras.

**(II) CARTEIRAS DE RECEBÍVEIS BAIXADAS SOBRE AS QUAIS A ENTIDADE MANTENHA RISCOS E RESPONSABILIDADES, INDICANDO RESPECTIVOS PASSIVOS;**

Não há carteira de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais nos últimos três exercícios sociais.

**(III) CONTRATOS DE FUTURA COMPRA E VENDA DE PRODUTOS OU SERVIÇOS;**

Não há contratos de futura compra e venda de produto ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais nos últimos três exercícios sociais.

**(IV) CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO NÃO TERMINADA; E**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais nos últimos três exercícios sociais.

**(V) CONTRATOS DE RECEBIMENTOS FUTUROS DE FINANCIAMENTOS.**

Não há contratos de recebimento futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais nos últimos três exercícios sociais.

**B) OUTROS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Companhia não detém qualquer outra informação que não estejam publicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****A) COMO TAIS ITENS ALTERAM OU PODERÃO VIR A ALTERAR AS RECEITAS, AS DESPESAS, O RESULTADO OPERACIONAL, AS DESPESAS FINANCEIRAS OU OUTROS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA;**

Não é aplicável, uma vez que não existiu qualquer item não evidenciado nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2020, 2019 e 2018.

**B) NATUREZA E PROPÓSITO DA OPERAÇÃO E;**

Não é aplicável, uma vez que não existiu qualquer item não evidenciado nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2020, 2019 e 2018.

**C) NATUREZA E MONTANTE DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS E DOS DIREITOS GERADOS EM FAVOR DO EMISSOR EM DECORRÊNCIA DA OPERAÇÃO**

Não é aplicável, uma vez que não existiu qualquer item não evidenciado nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2020, 2019 e 2018.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### a) INVESTIMENTOS, INCLUINDO:

#### (i) DESCRIÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DOS INVESTIMENTOS EM ANDAMENTO E DOS INVESTIMENTOS PREVISTOS:

A Companhia está em fase de implantação de unidade fabril biofarmacêutica para a produção de insulina e outras proteínas recombinantes. A implantação da unidade fabril, encontra-se substancialmente finalizada, no entanto, para que ocorra a operação de fabricação própria, faz-se necessário o seu comissionamento e respectiva validação, sendo que tais processos somente podem ser iniciados sobre produtos com registros aprovados pela ANVISA.

O plano de negócios da Companhia foi atualizado de forma que a construção da planta industrial de Nova Lima fosse faseada e modular. Tal decisão visou, principalmente, viabilizar o acesso da Companhia ao mercado com produtos de fabricação própria de forma mais rápida, antecipando a geração de caixa.

A planta biofarmacêutica construída tem como fim a formulação de insulina (em diferentes tipos de ação) nas apresentações de frasco de 10 ml e em carpules de 3 ml para uso em canetas injetoras.

Adicionalmente, a Companhia adquiriu em outubro de 2016, uma edificação em andamento e um terreno localizados na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE) que poderão ser utilizados para novos negócios.

Os ativos da Companhia informados acima estão apresentados abaixo na data base de 31 de dezembro de 2020:

	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Terrenos	13.851	-	13.851
Edificações	26.549	(1.387)	25.162
Instalações	5.132	(1.530)	3.602
Máquinas e equipamentos	6.551	(2.541)	4.010
Equipamentos de proc. de dados	807	(479)	328
Construções em andamento	108.918	-	108.918
Direitos de uso	4.434	(2.035)	2.399
Outros	2.065	(536)	1.529
	<u>168.307</u>	<u>(8.508)</u>	<u>159.799</u>

#### (ii) FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS

A Companhia tem como fontes de financiamentos operações de aumento de capital privado junto aos acionistas e a contratação de financiamentos (vide item 10.1(f)).

#### (iii) DESINVESTIMENTOS RELEVANTES EM ANDAMENTO E DESINVESTIMENTOS PREVISTOS.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Na data base de 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

**B) DESDE QUE JÁ DIVULGADA, INDICAR A AQUISIÇÃO DE PLANTAS, EQUIPAMENTOS, PATENTES OU OUTROS ATIVOS QUE DEVAM INFLUENCIAR MATERIALMENTE A CAPACIDADE PRODUTIVA DO EMISSOR**

A Companhia manteve continuidade nas atividades de implantação de sua planta biofarmacêutica para a formulação de insulina e outras proteínas recombinantes (biofármacos) no Brasil.

Em 2020, a Companhia investiu R\$3.926 mil (R\$34.540 mil no ano de 2019) em marcas do portfólio Biomm e aquisição de direito de comercialização de produtos com exclusividade no mercado brasileiro.

**c) NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS, INDICANDO:**

**I) DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS EM ANDAMENTO JÁ DIVULGADAS;**

Não há pesquisas em andamento na data base de 31 de dezembro de 2020.

**II) MONTANTES TOTAIS GASTOS PELA COMPANHIA EM PESQUISAS PARA DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS OU SERVIÇOS;**

Não aplicável, uma vez que não há pesquisas em andamento em 31 de dezembro de 2020.

**III) PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO JÁ DIVULGADOS;**

A Companhia possui dois projetos em desenvolvimento: (i) custos com investimento em CMO (Contract Manufacturing Organization) para testes clínicos e pré-clínicos, para produção de insulina na Fábrica de Nova Lima, e (ii) custos com desenvolvimento interno para futura produção de insulina Glargina, compreendendo gastos com pessoal dedicados a pesquisa no desenvolvimento desse protótipo.

**IV) MONTANTES TOTAIS GASTOS PELA COMPANHIA NO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PRODUTOS OU SERVIÇOS**

O valor total gasto até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$27.998 mil.

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO**

A pandemia do Covid-19 que assolou o Brasil e o mundo no ano de 2020, tornou o cenário econômico mundial bastante desafiador. A desvalorização cambial do real frente ao dólar foi de, aproximadamente, 30% no ano de 2020 comparado a 2019, gerada pela aversão ao risco global, entre outros, dada as incertezas impostas pela pandemia, aumentaram os custos dos medicamentos da Companhia.

A Biomm, a despeito desse cenário, cresceu trimestre após trimestre ao longo do ano e segue em expansão das suas atividades operacionais, sem rupturas significativas em sua cadeia de suprimentos e sem deterioração de seus recebíveis em função da pandemia. Segue ainda na realização de novas parcerias estratégicas com o objetivo de ampliação de seu portfólio de medicamentos biológicos. A Companhia criou um comitê no início da pandemia, que se mantém operante, com o objetivo de acompanhar a evolução dessa situação e os eventuais impactos presentes e futuros sobre suas operações.